VI CONGRESSO INTERNACIONAL DAS **LICENCIATURAS** COINTER - PDVL 2019

DISCALCULIA E SUAS CONSEQUÊNCIAS NO ENSINO DE MATEMÁTICA: RELATO DE CASO E INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA.

DYSCALCULIA Y SUS CONSECUENCIAS EN LA ENSEÑANZA DE MATHEMATICS: INFORME DE CASO E INTERVENCION PEDAGOGICA.

DISCALCULIA AND ITS CONSEQUENCES ON MATH TEACHING: CASE REPORT AND PEDAGOGICAL INTERVENTION.

Apresentação: Comunicação Oral

Jéssica Ribeiro Dias¹; Carmelio Brandão da Silva²; Lucas Martins Silva³Erivan Silva Costa⁴;
Marcílio de Macêdo Vieira⁵

DOI: <https://doi.org/10.31692/2358-9728.VICOINTERPDVL.2019.0128>

Resumo

A discalculia, que se caracteriza pela dificuldade de aprendizagem de números, tem se tornado um grande desafio para professores do ensino básico, que se deparam com jovens e crianças que apresentam este problema. Isso evidencia a necessidade de investigar diferentes meios que possam potencializar o ensino, no sistema regular, de alunos que apresentam discalculia. Frente a isso, este trabalho teve como objetivo investigar o distúrbio de aprendizagem matemática de um aluno da rede pública de ensino, a discalculia. A princípio foi realizado um estudo bibliográfico, sobre as leis que asseguram os direitos de uma educação especial, e sobre as principais características que apresentam as crianças com discalculia. A partir deste estudo, foi feita uma observação do aluno, frente a turma na qual o mesmo está inserido, 6º ano do ensino fundamental de uma escola municipal localizada no município de Uruçuí-PI, para ter conhecimento das dificuldades enfrentadas pelo mesmo. Diante das observações realizadas, houve a necessidade de se aplicar uma intervenção pedagógica, sendo esta composta por quatro atividades lúdicas escolhidas de acordo com os déficits de aprendizagem do aluno, tendo como finalidade desenvolver as habilidades matemáticas do mesmo. Duas destas atividades foram desenvolvidas no contra turno, para familiarizar o aluno com as atividades, e as outras duas desenvolvidas juntamente com o

¹Licenciatura em Matemática, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí-Campus Uruçuí, jessicaribdias@gmail.com

²Licenciatura em Matemática, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí-Campus Uruçuí, carmeliobrandoadasilva@gmail.com

³Licenciatura em Matemática, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí-Campus Uruçuí, olucasmartins@gmail.com

⁴Professor graduado do curso de Licenciatura em Matemática, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí-Campus Uruçuí, erivan.silva@ifpi.edu.br

⁵Professor Especialista do Curso de Licenciatura em Matemática, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí-Campus Uruçuí, marcilio.vieira@ifpi.edu.br

restante da turma, promovendo assim a inclusão social do referido aluno. Os resultados mostraram que a intervenção foi positiva, tornando-se perceptível as modificações da rotina diária do aluno, a começar pela participação e interação nas atividades propostas, observando o reconhecimento da turma diante de suas limitações, onde se tornou possível a iniciativa para o processo de inclusão social.

Palavras-Chave: Discalculia, Inclusão social, Atividades matemáticas.

Resumen

La discalculia, que se caracteriza por la dificultad en el número de aprendizaje, se ha convertido en un desafío importante para los maestros de escuela primaria, que se enfrentan a los jóvenes y los niños que presentan este problema. Esto evidencia la necesidad de investigar diferentes medios que pueden potencializar la enseñanza, en el sistema regular, de los estudiantes que presentan discalculia. En vista de esto, este estudio tenía como objetivo investigar el trastorno de aprendizaje matemático de un estudiante en la Red de Educación Pública, la discalculia. En principio, se llevó a cabo un estudio bibliográfico sobre las leyes que garantizan los derechos de una educación especial, y sobre las principales características que presentan a los niños con discalculia. A partir de este estudio, se hizo una observación del alumno, frente a la clase en la que se inserta la misma, 6º año de primaria en una escuela municipal ubicada en el municipio de Uruí-PI, para estar al tanto de las dificultades a las que se enfrenta la misma. En vista de las observaciones formuladas, era necesario aplicar una intervención pedagógica, consistente en cuatro actividades lúdicas elegidas de acuerdo con los déficits de aprendizaje del estudiante, con el propósito de desarrollar las Matemáticas de ella. Dos de estas actividades se desarrollaron en el contra-shift, para familiarizar al alumno con las actividades, y las otras dos se desarrollaron junto con el resto de la clase, promoviendo así la inclusión social del alumno antes mencionado. Los resultados mostraron que la intervención fue positiva, haciendo notables las modificaciones de la rutina diaria del estudiante, comenzando con la participación e interacción en las actividades propuestas, observando el reconocimiento de clases en tener en cuenta sus limitaciones, donde se hizo posible la iniciativa para el proceso de inclusión social.

Palabras Clave: Discalculia, inclusión social, actividades matemáticas.

Abstract

Dyscalculia, which is characterized by difficulty in learning numbers, has become a major challenge for elementary school teachers, who face young people and children who present this problem. This evidences the need to investigate different means that can potentialize the teaching, in the regular system, of students who present dyscalculia. In view of this, this study aimed to investigate the mathematical learning disorder of a student in the Public Education Network, dyscalculia. In principle, a bibliographical study was carried out on the laws that ensure the rights of a special education, and on the main characteristics that present children with dyscalculia. From this study, an observation was made of the student, in front of the class in which the same is inserted, 6^o year of elementary school in a municipal schools located in the municipality of Uruçuí-PI, to be aware of the difficulties faced by the same. In view of the observations made, there was the need to apply a pedagogical intervention, consisting of four ludic activities chosen according to the student's learning deficits, with the purpose of developing the skills Mathematics of it. Two of these activities were developed in the counter-shift, to familiarize the student with the activities, and the other two developed

together with the rest of the class, thus promoting the social inclusion of the aforementioned student. The results showed that the intervention was positive, making it noticeable the modifications of the student's daily routine, starting with participation and interaction in the proposed activities, observing the class recognition in view of its limitations, where Made possible the initiative for the social inclusion process.

Keywords: Dyscalculia, social inclusion, mathematical activities.

Introdução

De acordo com o Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), a discalculia é considerada um TEA (transtorno específico da aprendizagem) com déficit na matemática, ou seja, uma inabilidade no processamento de informações numéricas, na capacidade de memorizar e apreender conceitos matemáticos ou aritméticos, bem como o comprometimento na precisão de efetuar cálculos, estimar quantidades e compreender sequências numéricas.

Sob essa perspectiva, as crianças e jovens com discalculia apresentam dificuldades significativas em seu processo de aprendizagem, estas que são somadas por um sistema padronizado, e conseqüentemente uma vida escolar marcada por insucessos, aumentando ainda mais o censo de frustração e fracasso dos mesmos.

No entanto, o Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015 p.19) elege a educação como direito fundamental com o intuito de promover e assegurar um sistema inclusivo “em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem”. Porém, podemos perceber que é incomum vermos a nossa volta pessoas que não possuem habilidades básicas acadêmicas de leitura, escrita e/ou matemática.

Em virtude do que foi mencionado, o DSM -5 (2015 p.68) afirma que “diferentemente de andar ou falar, que são marcos adquiridos do desenvolvimento que emergem com a maturação cerebral, as habilidades acadêmicas (p. ex., leitura, ortografia, escrita, matemática) precisam ser ensinadas e aprendidas de forma explícita.” Mediante o exposto, o desenvolvimento é separado por partes, uma em que os indivíduos possuem características de acordo com sua faixa etária e vão se aperfeiçoando com o crescimento e/ou maturação, e a outra em que eles se desenvolvem no meio acadêmico.

Nesse sentido, o indivíduo pode ou não aprender na mesma idade cronológica que os outros. No caso em que o mesmo não consegue acompanhar os assuntos, mostrando ter

dificuldades na compreensão e sendo incapaz de realizar problemas em sala de aula, pode-se dizer que ele possui transtorno específico de aprendizagem.

Esse transtorno que já atinge entre 3% e 6% da população mundial dá ênfase nas habilidades acadêmicas prejudicadas durante o processo de ensino aprendizagem, a matemática, por exemplo, requer um domínio das quatro operações básicas (adição, multiplicação, divisão e subtração), porém é questionado se é possível desenvolver tal conhecimento em um aluno portador de discalculia. Pois, observa-se que independente da matemática se constituir como uma ferramenta indispensável no cotidiano do homem, as dificuldades em seu ensino prolongam-se gradualmente na comunidade escolar, em especial, na rede comum de ensino. Visto que a maioria das escolas regulares não tem uma preparação adequada, pelo qual se pretende atender todo o seu público alvo.

Além disso, constroem um papel imprescindível na vida acadêmica dos discentes, principalmente diante das limitações dos alunos com déficits/transtornos de aprendizagem, pois sabe-se que eles têm seus próprios ritmos, suas próprias limitações e necessidades, por isso não se enquadram em padrões conservadores de ensino, gestões autoritárias e conservadoras e sim, naquelas em que prioriza o respeito pelas diferenças, independentemente das condições físicas, emocionais, intelectuais, morais, linguísticas, dentre outras.

Sobretudo, nota-se que a concepção de educação inclusiva é bastante discutida no cenário atual, e constituída por diversas leis, sendo uma delas a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), pelo qual ressalta a ideia de uma educação efetiva para todos, principalmente, para os mais vulneráveis e com necessidades especiais.

Com isso, é necessário que as escolas regulares se enquadrem nas limitações do alunado, construindo assim, um ambiente adaptado para eles. Apesar disso, há uma grande exclusão de alunos com algum tipo de necessidade especial, podendo citar o fato de que provavelmente nas escolas onde estes se encontram haja uma carência de profissionais especializados para acompanhá-los, ou talvez porque os professores destas instituições não tem uma formação que lhes permitem lidar com os problemas envolvendo tal questão.

Portanto, este trabalho está organizado da seguinte maneira: primeiro apresentaremos as leis que asseguram a educação especial e inclusiva; segundo exibiremos os procedimentos metodológicos da pesquisa; terceiro apresentaremos a análise de resultados e por último as considerações finais.

Dessa forma, esta pesquisa tem como objetivo geral investigar o distúrbio de

aprendizagem matemática de um aluno da rede pública de ensino, a Discalculia, abordando as leis que asseguram os direitos de uma educação especial, e utilizando instrumentos para a intervenção e promoção da inclusão social.

Fundamentação Teórica

Para antes falarmos em Educação Especial e Inclusiva, é importante que saibamos as diferenças entre os conceitos de cada uma. A Educação Especial atende aos alunos que portam algum tipo de necessidade especial em instituições especializadas de forma separada da educação regular. Já a Educação Inclusiva, diz respeito à participação de todos os alunos na escola comum, sem distinções, independente das diferenças.

A prefeitura da cidade de São Paulo, no Decreto Nº 16.925, de 16 de janeiro de 2019, no artigo 2º prevê que “O estabelecimento de ensino, creche ou similar, deverá capacitar seu corpo docente e equipe de apoio para acolher a criança e o adolescente portador de deficiência ou doença crônica, propiciando-lhe a integração a todas as atividades educacionais e de lazer que sua condição pessoal possibilite.” (São Paulo (SP), 2019).

No que diz respeito aos direitos dos estudantes com necessidades especiais a um ensino regular na rede pública de ensino, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN (Lei nº 9.394/96) em seu artigo 4º do “Direito à Educação e do Dever de Educar” diz que, o Estado deve assegurar o atendimento educacional especializado acessível para pessoas com necessidades especiais, com preferência na rede comum de ensino. (BRASIL, 1996)

Podemos dizer que o atendimento educacional especializado, que está presente de forma explícita em nossa constituição, é indispensável para a vida desses alunos. Afirmar que esse direito é preferencial torna-se até intrigante, pois deveria ser um objeto de lei considerado, sem dúvidas, como obrigatório.

Esse tipo de serviço faz com que todos os alunos possam ter acesso à escola regular perpassando qualquer que seja os tipos de barreiras que venham a encontrar durante o processo educacional, assim como Garcia (2008, p. 18) diz que “[...] os atendimentos especializados expressam uma concepção de inclusão escolar que considera a necessidade de identificar barreiras que impedem o acesso de alunos considerados diferentes.”

Pode-se dizer que se o aluno apresenta quaisquer transtornos globais é considerado um aluno com deficiência, e assim, ele tem o direito de AEE (Atendimento Educacional

Especializado) durante seu processo de aprendizagem, para só então durante esse percurso ter uma participação ativa na escola e na sociedade.

A política de inclusão de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não consiste apenas na permanência física desses alunos junto aos demais educandos, mas representa a ousadia de rever concepções e paradigmas, bem como desenvolver o potencial dessas pessoas, respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades (BRASIL, 2001, p. 28).

No entanto, o que se vê na maioria das escolas, é que os professores não possuem uma formação continuada para atender alunos com necessidades especiais, e assim sentem dificuldades em lidar com essas e outras diversas situações que encontra na docência.

De acordo com Saviani (2009, p. 153), é:

[...] necessário instituir um espaço específico para cuidar da formação de professores para essa modalidade de ensino. Do contrário essa área continuará desguarnecida e de nada adiantarão as reiteradas proclamações referentes às virtudes da educação inclusiva que povoam os documentos oficiais e boa parte da literatura educacional nos dias de hoje.

Percebe-se então, que para haver a inclusão escolar desses alunos, deve ter o atendimento especializado que, sem dúvidas, tem uma vasta importância, servindo como apoio fundamental na escolarização, isto é, assegurando uma trajetória escolar igual, um mesmo currículo e uma mesma grade curricular, estas que respeitam os limites de cada um e não se contrapõe as dificuldades encontradas.

Metodologia

A presente pesquisa, de cunho qualitativo, foi realizada na Unidade Escolar Arica Leal, no município de Uruçuí-PI, situada à Rua Jesus Nunes, S/N, no bairro Aeroporto, entre abril a junho de 2019, com educandos do 6º ano do ensino fundamental, no turno vespertino, com um total de 23 alunos. O foco é apresentar um estudo de caso de um aluno Y que apresenta discalculia, onde a partir de um estudo sobre as dificuldades encontradas por este aluno, foram utilizadas atividades matemáticas que ajudaram no processo de inclusão social e adaptação dos seus limites em sala.

A unidade didática implementada compreendeu em 6 (seis) momentos, sendo 4(quatro) para a observação e análise, e 2 (dois) para a realização de atividades com o aluno Y no contra turno e em seguida com a socialização na turma.

- No primeiro momento houve a apresentação dos aplicadores para a turma e uma conscientização a respeito do aluno Y, observando o objetivo da pesquisa se fez necessário detalhar seu laudo médico para os colegas e a professora titular.
- No segundo momento houve a observação do aluno em sala aula, procurando entender sua real condição e seus limites.
- No terceiro foi utilizado um meio tecnológico (notebook) para ser analisado sua noção numérica, estabelecida em numerais de 0 a 10.
- No quarto foi observado sua noção espaço e coordenação motora, por meio de perguntas simples, como por exemplo qual sua mão esquerda e sua mão direita.
- No quinto foram feitas 2 atividades matemáticas com o aluno no contra turno, para que ele conseguisse compreender como seriam procedidas juntas com os colegas de turma, e dessa forma a inclusão dele tivesse uma iniciação. A intervenção com as atividades mostrará se os resultados esperados satisfazem ou não a pesquisa.
- No sexto as atividades propostas foram utilizadas com a turma.

Resultados e Discussão

Logo abaixo, serão apresentadas as descrições das atividades realizadas, bem como os resultados obtidos na aplicação das mesmas, para tanto, foram divididas em duas etapas, parte I, referente as atividades desenvolvidas no contra turno, e em parte II, socialização na turma.

Parte I (realizadas no contra turno)

Atividade 1: Tapete numérico

Imagem A: Aluno discalcúlico fazendo o encaixe dos numerais e organizando na sequência correto

Fonte: Própria (2019)

Objetivo da atividade:melhorar a coordenação motora do aluno por meio do encaixe dos números em seus devidos lugares, e depois reorganizá-los na ordem correta, como mostra na imagem A.

Desenvolvimento da atividade: Primeiramente foram retirados os numerais dos seus encaixes e depois organizados em desordem. O aluno deu início à atividade encaixando os números nos lugares corretos, com a finalidade de ir trabalhando sua coordenação motora. Em seguida, ele reorganizou os números de 0 a 9 como foi lhe pedido.

Atividade 2: Ideia do espaço no Geoplano

Imagem B: Aluno discalcúlico usando o Geoplano para ter uma ideia mais ampla sobre espaço.

Fonte:Própria (2019)

Objetivo da atividade: O aluno conseguir enxergar o que seria sua esquerda e direita, para cima e para baixo, dado dois pontos específicos no Geoplano, como mostrado na imagem B.

Desenvolvimento da atividade: Foram fixados 2 pontos no Geoplano e neles amarrado um barbante. Conforme as explicações do funcionamento da atividade, pediu-se para que ele conduzisse o barbante tanto para esquerda e direita, como para cima e para baixo, o mesmo ia fazendo. E assim conseguiu ter uma ideia mais ampla do espaço no seu cotidiano ao fazer uma relação com a atividades.

Parte II (socialização na turma)

Depois de feitas as atividades com o aluno no contra turno, foi proposto uma intervenção pedagógica através de 2 atividades matemáticas no horário de aula com toda a turma (Anexos A) e dessa forma houvesse a interação entre todos os alunos, inclusive o aluno discalcúlico. O foco desta intervenção não é somente evoluir as competências e habilidades

do aluno em questão, mas também promover a inclusão social do mesmo no meio em que está inserido.

Atividade 1: Tangran

Imagem C: Alunos montando o Tangran.

Fonte: Própria (2019)

Imagem D: Aluno discalcúlico ajudando na montagem do Tangran.

Fonte: Própria (2019)

- **Objetivo**

Essa atividade teve como principal objetivo, agrupar diferentes figuras geométricas a fim de conseguirem montar um quadrado (Tangran), dentre essas figuras, tinham triângulos grandes, médios e pequenos, um quadrado e um paralelogramo, eles tinham que ter em mente que todas as figuras deviam ser utilizadas para a formação da figura que tinha se pedido, desenvolvendo dessa forma, a imaginação e a inteligência dos participantes. Inicialmente foi-se dividido a turma em 7 grupos, e cada grupo deveria montar um Tangran, sendo que todos os integrantes deveriam ajudar na realização da atividade, com isso promovia-se a interação entre todos e ainda, a inclusão social.

- **Confecção do Material**

O Tangran foi confeccionado com isopor, cola isopor, papel fita, cartolina e tesoura. Ao todo foram confeccionados 7(sete) Tangrans, e cada um tinha 7 peças geométricas, sendo cada peça com uma cor diferente de papel fita, isso para tornar a atividade mais lúdica, envolvendo a participação ativa de todos os alunos.

- **Concluindo a atividade**

Durante o processo de montagem dos Tangrans, era perceptível a interação de todos na realização da atividade, e alguns grupos quase concluíram a montagem, mas em sua maioria tiveram certa dificuldade. Percebemos que os alunos entenderam que o foco da atividade não era somente completar o que se tinha pedido, mas sim que houvesse o trabalho em grupo. No entanto, precisou da ajuda dos aplicadores para a conclusão da atividade, mostrando a caminho certo para se obter o êxito, e assim, os grupos acabaram conseguindo terminar a atividade de forma coletivizada.

Foi percebido também que aluno discalcúlico participou ativamente na construção do Tangran, tendo uma boa relação com os outros alunos do grupo no qual fazia parte, sendo o companheirismo a principal característica.

Atividade 2: Jogo da memória com números e figuras geométricas.

- **Objetivo**

Esse jogo tem como principal objetivo, despertar a capacidade dos alunos de pensar e raciocinar, pois os mesmos deveriam ter uma boa memória para que pudessem fazer o maior número de pontos possíveis e assim ganhar o jogo. Inicialmente, a turma foi dividida em 4 (quatro) grupos de 5 a 6 alunos e havia dois tipos de jogo da memória, um com números e o outro com figuras geométricas, e assim foi distribuído um para cada grupo de acordo com quantidade de pessoas. As cartas deviam ser embaralhadas sobre as mesas para que se iniciasse o jogo, e cada mesa tinha um responsável por examinar a partida. O jogo terminava quando o último par era formado, e o vencedor seria o que tinha a maior quantidade de pares.

- **Confecção do Material**

O jogo foi confeccionado com papel cartão, cola isopor, tesoura e folhas impressas com as figuras. Ao todo, foram 4(quatro) jogos da memória, sendo 2(dois) com números e 2(dois) com figuras geométricas.

- **Concluindo a atividade**

No decorrer da atividade ficou evidente dificuldade de alguns alunos, pois ainda não tinham entendido como funcionava a brincadeira, e aos poucos foram despertando uma curiosidade, ou seja, começaram a se perguntar o porquê de não estarem conseguindo montar os pares, foi então que houve a necessidade de aumentar um pouco mais a concentração e dessa forma alguns foram conseguindo, inclusive o aluno discalcúlico, ou seja, no início todos tinham um desenvolvimento do raciocínio significativamente igual, mostrando que não teve diferença entre a capacidade de cada aluno aprender, acarretando a inclusão do aluno x no meio em que se situa, sem que houvesse nenhuma diferença dos demais.

Outra observação foi que o aluno discalcúlico teve um desempenho significativamente relevante no decorrer da atividade, pois o jogo possuía 14 pares a serem formados, a banca onde o aluno discalcúlico estava possuía 6(seis) participantes incluindo o mesmo, onde foi se determinado os seguintes resultados: 1(um) aluno conseguiu formar 6(seis) pares ficando em primeiro, o aluno em questão conseguiu formar 3(três) pares ficando em segundo, outro aluno formou 2(dois) pares, e os demais ficaram empatados com 1(um) par cada.

Fonte: Própria (2019)

Imagem F: Aluno discalcúlico participando do jogo da memória.

Fonte: Própria (2019)

Conclusões

De acordo com os resultados obtidos, pode-se afirmar que a intervenção foi bastante significativa, tornando-se perceptíveis as modificações da rotina diária do aluno, como

aparticipação e interação nas atividades propostas, observando o reconhecimento da turma diante de suas limitações, onde tornou-se possível a iniciativa para o processo de inclusão social. No entanto, é preciso que os professores tenham uma formação continuada para atender todos os tipos de situações que venham encontrar, necessitando também de uma equipe pedagógica multidisciplinar de modo a ajudar e colaborar com propostas educativas que venham desenvolver as habilidades das pessoas com necessidades especiais.

Na percepção dos professores, o aluno mostrou durante a pesquisa ter um crescimento elevado de interação com a turma, considerando que o mesmo era mais afastado dos outros. Comprovadamente, as atividades que são realizadas em sala de aula ajudam no desenvolvimento cognitivo dos alunos, mas é preciso ser observado que cada aluno tem seu próprio ritmo, tempo de aprendizagem e limitações.

Diante disso, o papel do professor é de grande importância para que haja a inclusão dos alunos com necessidade especiais, já que o mesmo é mediador do conhecimento, cabendo a ele intervir pedagogicamente para que os alunos possam avançar de forma efetiva nos aspectos sociais e intelectuais, perpassando todas as barreiras que venham encontrar no processo educativo.

No entanto, o que se observa diariamente nas salas de aulas é a dificuldade que o professor possuem conseguir atender uma grande quantidade de alunos, e ainda ter que ajudar o aluno com necessidades especiais, sendo dessa forma um profissional despreparado. Sobre isso, Mendes (2002, p.79) acrescenta que: “[...] o professor da classe comum deve assumir a responsabilidade pela educação de todos os seus alunos, tentando todas as estratégias de ensino necessárias e possíveis antes de enviar qualquer aluno para um programa mais segregado de ensino especial.”.

Por fim, as escolas regulares devem ter uma boa estrutura para atender os jovens e adolescentes que possuem necessidades especiais, visto que é um direito de todos, visando à participação ativa na escola. A educação não pode ser entendida apenas como um processo de transmissão e certificação dos conhecimentos adquiridos durante todo o processo escolar, e sim por um processo capaz de entrelaçar todos a sua volta, capaz de evidenciar os excluídos para assim incluir.

Referências

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. 5.ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Lei nº 16.925, projeto de lei nº 184, de 2011**. dos Deputados Célia Leão - PSDB e Orlando Bolçone – PSB, de 16 de janeiro de 2019. São Paulo, 2019.

BRASIL, **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/CEB, 2001.

BRASIL. **Estatuto da pessoa com deficiência** – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2015. 65 p.

BRASI. Ministério da Educação. **Lei nº 9.939/96 de 20 de Dezembro de 1996**. Superintendência da Educação. Estabelece Lei e Diretrizes da Educação Nacional Brasília; República. Disponível <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.ht>. Acesso em: Junho de 2019

GARCIA,R. M. C. **Políticas inclusivas na educação: do global ao local**. In: BAPTISTA, Cláudio Roberto; CAIADO, Kátia Regina Moreno; JESUS, Denise Meyrelles de (Org.). **Educação especial: diálogo e pluralidade**. Porto Alegre: Mediação, 2008.

MENDES, E. G. **Perspectivas para a construção da escola inclusiva no Brasil**. In: PALHARES, M. S.; MARINS, S. (Org.). **Escola Inclusiva**. São Carlos: EDUFSCAR, 2002. p.61-86.

SAVIANI, D. **Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro**. Revista Brasileira de Educação v. 14 n. 40 jan./abr. 2009.